

TÊXTIL RENAUXVIEW S/A
CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80
NIRE: 4230000949-1
Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na B3 sob os códigos TXRX3 e TXRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 215.

Continuidade operacional

A companhia apurou prejuízos no ano de 2020, no montante de R\$ 17.905, apresentando um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 330.543 (R\$ 312.243 em dezembro de 2019). Nesse contexto, a companhia apurou um passivo a descoberto em 31 de dezembro 2020 no montante de R\$ 309.729 (R\$ 291.372 em 31 de dezembro de 2019). Este cenário é decorrente, basicamente, de dívidas tributárias, empréstimos e financiamentos e debêntures, e foi agravado pela redução na receita no ano em decorrência da pandemia da COVID-19.

Em relação aos débitos tributários, efetuou no ano de 2017 a adesão ao PERT, conforme descrito na nota explicativa nº 29. Nos anos de 2018 a 2020, dando continuidade ao plano de saneamento de suas dívidas, a Companhia manteve em dia tal parcelamento. A expectativa é pela manutenção deste cenário, resultando assim no equacionamento de seus débitos tributários.

Já em relação às principais dívidas financeiras, a empresa implementou em 28 de fevereiro de 2019 uma importante decisão que há muito vinha sendo estudada. Todos os detalhes estão descritos na Nota Explicativa nº 31.

a) EFEITOS DO CORONAVÍRUS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarou como pandemia mundial o surto causado pela doença Sars-CoV-2, o novo Coronavírus. Tal evento culminou em decisões significativas de entes do poder público e privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, e geraram impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações da Companhia.

A Companhia acompanhou de perto suas operações e adotou as medidas necessárias para minimizar os impactos causados pela COVID-19, principalmente no que tange à preservação da saúde e integridade dos colaboradores, tal como na adequação à demanda operacional imposta por este cenário. As principais medidas adotadas em resposta à pandemia foram:

- Suspensão dos contratos de trabalho e redução de carga horária, nos termos dispostos na Medida Provisória nº 936/2020 convertida na Lei 14.020/2020;
- Sistema de *Home Office* para as atividades possíveis;

- Afastamento dos casos incluídos em grupos de risco;
- Monitoramento na entrada de cada turno com medição de temperatura e verificação de sintomas;
- Orientações gerais sobre sintomas e procedimentos;
- Cancelamento de workshops e treinamentos internos;
- Suspensão de viagens;
- Uso de máscaras;
- Formação de um comitê para acompanhamento constante da evolução da situação.
- Cumprimento das disposições dos decretos do Estado de Santa Catarina, do Município de Brusque e da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Conforme mencionado na nota explicativa 30 do 3º ITR/2020, os meses de outubro a dezembro mantiveram a retomada nos pedidos de venda, fator este que consolidou um aumento de 13% nas receitas do 4º trimestre de 2020 frente ao desempenho observado no 3º trimestre deste mesmo ano, apontando a saída da Companhia de um cenário de crise para um panorama de retomada no seu desempenho.

Não obstante, apesar das dificuldades impostas pela crise, a Companhia mantém o pressuposto de continuidade de suas atividades, permanecendo ainda atenta no intuito de que os efeitos anteriormente descritos sejam os menores possíveis.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS e às normas do CPC

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

b) Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 17 de março de 2021.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de

políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas financeiras adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 19 – Provisão para contingências

Nota 28 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada Renauxview Ltda., onde o investimento em 31/12/2020 corresponde a 99,99% (99,99% - 2019).

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei nº 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são

reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

i) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, descontadas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 9.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa:

i) **Caixa e bancos conta movimento:** incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;

ii) **Aplicações financeiras:** estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa.

e) Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A estimativa de perdas para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos, sendo, como regra geral, considerados para provisão os títulos vencidos há mais de 90 dias. Negociações iniciadas dentro deste período, mesmo que ainda em andamento, não são consideradas para provisão de perdas. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente.

f) Estoques

Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação. A Administração não tem expectativa de perda sobre os valores de estoques.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes. Nos casos em que houve reavaliações, estão mantidas.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível

i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de estimativa de perdas contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receita operacional - venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a

possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre atrasos de recebíveis, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

n) Apresentação dos segmentos operacionais

As informações avaliadas pelo principal tomador de decisões operacionais são baseadas na atividade principal da Companhia, que é operação de tecelagem e beneficiamento de tecidos planos. Desta forma, o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões é consistente com as demonstrações financeiras, uma vez que existe um único segmento operacional. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho é a Administração da Companhia e o Conselho de Administração, responsáveis inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

4. NORMAS, INTERPRETAÇÕES E REVISÕES DE NORMAS VIGENTES PARA O ANO DE 2020

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo CPC, nos termos da legislação, que são aplicáveis desde 2019:

- **CPC 06/IFRS 16: “Arrendamento”**, emitido em janeiro de 2016 e vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

A nova política contábil aplicável introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, onde no início do contrato a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se:

- O contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;

- A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato;
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia fez uma avaliação e não observou impactos nas posições patrimoniais e de resultados por conta da adoção inicial do CPC 06 / IFRS 16.

- CPC 32/ICPC 22: “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”, interpretação emitida em 07 de dezembro de 2018 e vigência a partir de 1º de janeiro de 2019. A interpretação descreve a aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, requerendo que a entidade divulgue:

- Julgamentos feitos ao determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais;
- Informações sobre as premissas feitas ao determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais.

Na avaliação da Companhia, a adoção da interpretação não trouxe impacto nas demonstrações financeiras, considerando que os procedimentos utilizados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão em conformidade com a legislação tributária vigente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	19	15	19	15
Bancos conta movimento	122	240	128	369
Aplicações financeiras	22	19	22	19
TOTAL	163	274	169	403

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Controladora e Consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Clientes	27.415	26.523
(-) Provisão para perdas	(6.799)	(6.832)
(-) Receita não realizada IRFS 15	(1.691)	(3.210)
(-) Ajuste a valor presente	(62)	(176)
TOTAL	18.863	16.305

* Ver Nota Explicativa 23

b) Aging List

Prazo	Vencidas		A Vencer	
	Valor	%	Valor	%
0 - 30 dias	474	5,73%	6.866	35,87%
31 - 60 dias	-	0,00%	4.637	24,23%
61 - 90 dias	-	0,00%	3.496	18,27%
Acima de 90 dias	7.802	94,27%	4.140	21,63%
TOTAL	8.276	100%	19.139	100%

7. ESTOQUES

Controladora e Consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	17.345	15.830
Produtos em elaboração	15.824	13.992
Materiais diretos	7.998	4.916
Materiais de consumo	2.650	2.036
Importação em andamento	914	276
TOTAL	44.731	37.050

Os estoques estão avaliados por seu custo ou valor realizável, dos dois o menor.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

a) Circulante

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IPI	17	11	17	11
ICMS	192	257	192	257
PIS/COFINS	171	537	173	537
IRPJ/CSLL	131	137	132	137
Excl.ICMS base Contrib. *	4.833		4.833	
Outros	13	13	13	13
TOTAL	5.357	955	5.360	955

b) Não circulante – Controladora e Consolidado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
COFINS (multa)	32	29
PIS/COFINS	604	608
ICMS	267	404
TOTAL	903	1.041

* Valor referente reconhecimento de crédito de PIS e COFINS decorrentes da exclusão de ICMS das respectivas bases de cálculo, das competências 10/1992 a 03/1999, o qual transitou em julgado o direito através do processo 0033063-65.2002.4.01.3400/DF. O crédito foi habilitado junto à RFB através do despacho decisório nº 826/2020/CREDJUD/DICRED/DRFVR09A.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS - Controladora e Consolidado

a) Ativo não circulante

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Marinha Mercante	171	295
Processos trabalhistas	139	146
PRODEC	356	341
Outros	60	75
TOTAL	726	857

b) Passivo não circulante

<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
-------------------	-------------------

Processos trabalhistas	139	145
TOTAL	139	145

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia mantém também débitos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL constituídos sobre os ajustes de avaliação patrimonial (AAP) sobre itens do imobilizado. Desta forma, seguindo o que regulamenta o CPC 32, parágrafo 74, item b, número ii, a Companhia está apresentando estes valores pelo seu valor líquido de realização (tributos diferidos ativos (-) tributos diferidos passivos), em função dos mesmos estarem relacionados com tributos sobre o lucro gerados pela mesma autoridade tributária. Em 31 de dezembro de 2020, a situação na **Controladora** era a seguinte:

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
a) Tributos diferidos ATIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	482	504
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	174	181
SUBTOTAL	656	685
b) Tributos diferidos PASSIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(482)	(514)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(174)	(181)
SUBTOTAL	(656)	(695)
LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO	0	0

No ano de 2020 foram reconhecidos no resultado da Controladora o montante de R\$ 29 mil (R\$ 26 mil em 2019) referente à despesa com tributos diferidos em função da baixa por expectativa de realização. A Controlada também possui valores contabilizados como tributos diferidos passivos. Em 31 dezembro de 2020, a situação **Consolidada** da Companhia era a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
a) Tributos diferidos ATIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	482	504
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	174	181
SUBTOTAL	656	685
b) Tributos diferidos PASSIVOS		

Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(779)	(800)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(280)	(288)
SUBTOTAL	(1.059)	(1.088)
LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO	(403)	(403)

11. ATIVOS NÃO UTILIZADOS NA ATIVIDADE OPERACIONAL – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em função de decisões estratégicas relacionadas a melhorar a capacidade produtiva da Companhia, ao longo do tempo algumas máquinas e equipamentos são desativados na produção. Atualmente os mesmos compõem o conjunto de garantias nas execuções movidas contra a companhia. Em 31 de dezembro de 2020 (Controladora e Consolidado), perfaziam o montante de R\$ 3.719 mil (31/12/2019 – R\$ 3.593 mil).

	<u>31/12/2019</u>	<u>Transf. imob.</u>	<u>31/12/2020</u>
Máquinas e equipamentos	3.593	126	3.719
Total	3.593	126	3.719

12. INVESTIMENTOS

a) Participação em controlada: Renauxview Ltda.

	<u>Quantidade</u>		<u>Porcentagem de</u>		<u>No Patrimônio</u>		<u>Participação</u>	
	<u>Cotas Possuídas</u>		<u>Participação</u>		<u>Líquido</u>		<u>no Resultado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
RenauxView Ltda.	99.998	99.998	99,99	99,99	1.083	924	159	137

b) Saldos e transações com controlada: Renauxview Ltda

As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

	<u>Direitos</u>		<u>Obrigações</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Renauxview Ltda.	555	836	-	-

	<u>Receitas</u>		<u>Despesas</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Renauxview Ltda.	-	-	300	300

As transações com a Renauxview Ltda. referem-se à prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade.

13. IMOBILIZADO

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020		31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	54.027	-	54.027	54.027	56.077	56.076
Imóveis	33.141	(3.923)	29.218	30.000	29.218	30.000
Máquinas de Grande Porte	77.371	(51.266)	26.105	25.178	26.105	25.178
Veículos	1.161	(837)	324	298	324	298
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10.674	(9.966)	708	1.042	708	1.042
Outras Imobilizações	2.213	(1.894)	319	381	319	382
Imobilizado em andamento	302	-	302	4.215	302	4.214
Adto a fornecedores	134	-	134	14	134	14
TOTAL	179.023	(67.886)	111.137	115.155	113.187	117.204

Taxas médias anuais de depreciação/amortização

Terrenos	0,0%
Imóveis	2,5%
Máquinas de Grande Porte	10,0%
Veículos	20,0%
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10,0%
Outras Imobilizações	20,0%
Direitos de Uso	20,0%

O valor lançado em imobilizações em andamento de se referem, principalmente, à aquisição de bobinadeiras e filatórios, que ainda estavam em processo de instalação.

13.1. Movimentação do custo corrigido – Controladora

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2020
Terrenos	54.027	-	-	-	54.027
Imóveis	33.141	-	-	-	33.141
Máquinas de Grande Porte	74.818	273	(1.733)	4.013	77.371
Veículos	1.056	105	-	-	1.161
Máquinas, equipamentos e	10.370	42	(3)	265	10.674
Outras Imobilizações	2.190	26	(3)	-	2.213
Imobilizado em andamento	4.215	442	(77)	(4.278)	302
Adto a fornecedores	14	229	(109)	-	134
TOTAL	179.831	1.117	(1.925)	-	179.023

13.2. Movimentação da depreciação acumulada – Controladora

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2020
Imóveis	(3.141)	(782)	-	-	(3.923)
Máquinas de Grande Porte	(49.640)	(3.190)	1.564	-	(51.266)
Veículos	(758)	(79)	-	-	(837)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(9.328)	(640)	2	-	(9.966)
Outras Imobilizações	(1.809)	(163)	78	-	(1.894)
TOTAL	(64.676)	(4.854)	1.644	-	(67.886)

14. INTANGÍVEL – Controladora e Consolidado

	31/12/2020			31/12/2019
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de Uso	4.650	(2.837)	1.813	2.714
Software em Andamento	56	-	56	28
TOTAL	4.706	(2.837)	1.869	2.742

14.1. Movimentação do custo corrigido

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2020
Direitos de Uso	4.603	47	-	-	4.650
Software em Andamento	28	28	-	-	56
TOTAL	4.631	75	-	-	4.706

14.2. Movimentação da amortização acumulada

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2020
Direitos de Uso	(1.889)	(948)	-	-	(2.837)
TOTAL	(1.889)	(948)	-	-	(2.837)

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários	1.119	882	1.121	883
Provisão para férias	2.040	2.603	2.047	2.609
INSS e CPRB	2.261	1.297	2.264	1.298
FGTS	224	242	224	243
Salário educação - FNDE	218	148	218	148
SESI	131	89	131	89
SEBRAE	52	35	52	35
SENAI	398	325	398	325
Parcelamento - Leis 11.941/09	2.030	2.000	2.030	2.000
Outros	41	43	41	44
TOTAL	8.514	7.664	8.526	7.674

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS	295	261	295	261
ICMS parcelamento	1.014	1.312	1.014	1.312
ICMS - PRODEC	35.001	34.711	35.001	34.711

IPTU	1.358	619	1.358	619
IPTU Parcelado	5.875	5.276	5.875	5.276
ISS retido	15	14	15	14
IRRF/IRPJ/CSLL	4.841	4.393	4.846	4.398
PIS/COFINS/CSLL retidos	10	10	11	11
Parcelamentos CPRB RFB	2.163	1.801	2.163	1.801
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	1.102	774	1.102	774
Parcel. Previdenciário PGFN	236	212	236	212
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN *	1.150	841	1.150	841
Parcel. Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB *	1.874	1.828	1.874	1.828
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	868	802	868	802
Parcelamento - Lei 12.996/14 PGFN	-	19	-	19
(-)Tributos Receita não Realizada IFRS 15 **	(370)	(747)	(370)	(747)
TOTAL	55.432	52.126	55.438	52.132

* Ver Nota Explicativa 29

** Ver Nota Explicativa 23

Parcelamento	Parcelas	Início	Fim
Parcel. Ordinário CPRB RFB	145	ago/17	jan/30
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário PGFN	60	out/18	set/23
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	145	ago/17	jan/30
Parcel. Lei 13.496/17 Previd. RFB	24	ago/17	jul/19
Parcel. Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB	24	ago/17	jul/19
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	180	nov/09	out/24
Parcelamento - Lei 12.996/14 PGFN	180	ago/14	dez/29

Índice de atualização: SELIC

b) Não circulante – Controladora e Consolidado – Parcelamentos de Tributos Federais

	31/12/2020	31/12/2019	Parc.	Início	Fim
Parcel. Lei 11941/09 PGFN	1.970	2.694	180	nov/09	out/24
Parcel. Lei 11941/09 SESI/SENAI	337	442	180	nov/09	out/24
Parcel. Lei 12.996/14 - ADICION. SENAI	228	252	180	ago/14	dez/29
Parcel. Lei 12.996/14 - PREV.. PGFN	12.788	14.184	180	ago/14	dez/29
Parcel. Lei 12.996/14 - OUTROS PGFN	-	144	180	ago/14	dez/29

Parcel. Adicional SENAI -N.01234/DN	12	39	60	mai/17	abr/22
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	6.971	7.638	145	ago/17	jan/30
Parcelamentos CPRB RFB	2.598	3.974	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	299	457	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário PGFN	418	619	60	dez/18	nov/23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	1.835	2.379	60	dez/19	nov/24
Parcelamentos CPRB RFB	1.076	1.396	60	dez/19	nov/24
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	251	-	60	jun/20	mai/25
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	335	-	60	nov/20	dez/25
TOTAL	29.118	34.218			

Índice de atualização: SELIC

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – Controladora e Consolidado

a) Circulante

	31/12/2020	31/12/2019
* Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	16.114	14.552
Financiamento vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.	16.114	14.552
Banco Daycoval	12.782	11.152
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 0,99%am	7.513	6.611
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,57%am	4.166	3.651
EGF, juros de 9%aa	1.103	890
Banco Sofisa	4.751	9.692
Empréstimos de capital de giro em dólar, com juros médios de 12,5%a.a.	3.487	2.684
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,50%am	1.264	7.008
Banco Safra	1.167	194
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,04%am	1.167	194
Sicoob	208	458
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 0,60%am	208	458
REDASSET	1.997	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios 0,85%am	1.997	-
MLBank	822	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios 0,75% am	822	-
MAXINVEST	924	1.046
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,02%am	924	1.046
SULBRASIL FIDIC	1.505	
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 0,75%am	1.505	
CREDITISE FIDIC	-	55

Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 0,95%am		55
ATLANTA - ATHENA FIDIC	174	1.512
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,10%am	174	1.512
Toyota Textile Machinery Europa AG	906	653
Financiamento de máquinas com juros de 5,75%am, pagamentos semestrais	906	653
MURATA MACHINERY	342	243
Financiamento de máquinas com juros de 5,75%am, pagamentos semestrais	342	243
Saldo negativo em contas correntes bancárias	115	115
* D&D Administradora de Bens Ltda.	3.056	2.928
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel. Vencimento final 31/12/2037	3.056	2.928
TOTAL	44.863	42.600

b) **Não circulante**

	31/12/2020	31/12/2019
Toyota Textile Machinery Europa AG	817	1.161
Financiamento de máquinas com juros de 5,75%am, pagamentos semestrais	817	1.161
MURATA MACHINERY	309	439
Financiamento de máquinas com juros de 5,75%am, pagamentos semestrais	309	439
Banco Daycoval	2.864	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,14%am	2.864	-
Banco Sofisa	3.686	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,50%am	3.686	-
* D&D Administradora de Bens Ltda.	119.275	114.182
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel. Vencimento final 31/12/2037	119.275	114.182
TOTAL	126.951	115.782

* Ver nota explicativa nº 31 – Plano de Recuperação Extrajudicial.

18. DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil.

Em 30 de novembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a oferta das debêntures em nada seria afetada caso estas não fossem subscritas e integralizadas na sua totalidade. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição.

Em 15 de dezembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a manutenção da oferta estaria condicionada à subscrição e integralização, dentro do período legal de distribuição, de no mínimo 12.000 (doze mil) debêntures, equivalentes ao montante de R\$ 12.000 mil, considerado o valor nominal unitário na data da emissão. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 28 de dezembro de 2004 a Comissão de Valores Imobiliários – CVM concedeu o registro da operação.

As características das debêntures são:

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00;

Vencimento final: 1º de setembro de 2010;

Atualização do valor nominal: base no IGP-M;

Pagamento do valor nominal: ocorrerá em cinco parcelas anuais conforme segue:

Parcela 1 - 1º de setembro de 2006 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 2 - 1º de setembro de 2007 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 3 - 1º de setembro de 2008 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 4 - 1º de setembro de 2009 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 5 - 1º de setembro de 2010 20% em relação ao total da emissão.

Pagamento da remuneração: semestralmente, a partir de 1º de março de 2005

Remuneração: 0,8355 % ao mês.

A remuneração das debêntures foi paga até o mês de setembro de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas.

Foram negociadas 8.303 debêntures, as quais estão registradas nesta data pelo montante de R\$ 61.149 mil (31/12/2019 – R\$ 47.584 mil).

Em 25 de setembro de 2006, foi ajuizada pela Planner Corretora de Valores, a Execução da Emissão Pública de Debêntures que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Nesta ação, foram penhorados alguns bens da Companhia que foram suficientes para garantir a execução.

Após regular processamento do feito, a execução encontra-se em fase de discussão do cálculo do montante atualizado da dívida, em razão da divergência de interpretação da sentença pelas partes. A atualização está sendo calculada de acordo com a sentença segundo entendimento da Companhia, aplicando-se juros mensais de 1% correção monetária pelo IGP-M.

Para evitar-se quaisquer atos de constrição dos bens penhorados, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento o qual foi julgado procedente em 12 de novembro de 2018, sendo que contra o Acórdão foi impetrado Recurso Especial por parte da Planner, ainda pendente de julgamento.

O processo de execução encontra-se suspenso por conta do Plano de Recuperação Extrajudicial em andamento. Ver nota explicativa nº 31 – Plano de Recuperação Extrajudicial.

19. PROVISÕES FISCAIS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e suas custas. O valor considerado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 98.492 mil (31/12/2019 – R\$ 100.807 mil).

19.1. Perda possível

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões financeiras, pois, estas não se constituem em perdas prováveis e estão assim distribuídas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Tributárias	50.131	50.459
Trabalhistas	565	1.122
Cíveis	301	301
TOTAL	50.997	51.882

- a) **Tributárias:** decorre de glosa de créditos tomados pela Companhia, e de encargos sobre estes créditos.
- b) **Trabalhistas:** decorre de reclamações de ex-funcionários reivindicando horas extras e demais verbas trabalhistas.
- c) **Cíveis:** decorre de pleitos de clientes pleiteando danos morais por supostos protestos indevidos e indenizações por entrega de mercadorias em desacordo com o pedido.

20. OBRIGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS – Controladora e Consolidado

Estão registrados no balanço patrimonial, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais:

	Circulante	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoas Físicas	2.783	1.811

Mútuo - capital de giro, com juros médios de 1,52% am., sem correção monetária. Vencimentos até 15/11/2019.	2.783	1.811
TOTAL	2.783	1.811

21. PASSIVO A DESCOBERTO

a) Capital social

O capital social de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), é dividido em 4.259.280 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta) ações, sendo 1.456.603 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e três) ordinárias e 2.802.677 (dois milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e setenta e sete) preferenciais, sem valor nominal.

b) Reserva de Incentivos fiscais

Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012. Os ganhos oriundos deste benefício têm destinação específica de utilização.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS				
Vendas mercado interno	106.602	137.673	106.602	137.673
Vendas mercado externo	2.206	2.505	2.206	2.505
Serviços mercado interno	605	0	905	300
Efeito IRFS 15 *	1.520	(908)	1.520	(908)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	110.933	139.270	111.233	139.570
Deduções da receita bruta	(27.677)	(34.472)	(27.697)	(34.509)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	83.256	104.798	83.536	105.061

* Ver Nota Explicativa 23

23. EFEITOS DO IFRS 15

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. A tabela a seguir resume o impacto da transição para o CPC 47 / IFRS 15 no resultado do período/exercício:

	31/12/2019	31/12/2020	Efeito líquido no resultado 2020
Receita	3.210	1.691	(1.520)

Custos	(1.730)	(976)	753
Tributo ICMS	(450)	(213)	237
Tributos PIS/COFINS	(64)	(156)	141
Comissões	(72)	(35)	37
Efeito líquido	661	311	(352)

O efeito ocorre em faturamentos realizados em 2020 e ainda em trânsito no dia 31/12/2020.

24. CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO FINANCEIRO POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

a) Custos e despesas – Controladora

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal (salários, benefícios e encargos)	25.176	31.869
Matérias primas e embalagens	18.376	18.413
Energia elétrica	8.921	11.943
Gastos gerais de fabricação	9.356	12.594
Comissões representantes	1.916	2.659
Frete	1.135	1.461
Propaganda e promoção de vendas	419	593
Serviços de terceiros	6.281	6.244
Depreciação e amortizações	5.800	4.919
Outros custos e despesas	2.363	4.144
Total	<u>79.743</u>	<u>94.839</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos/serviços	60.531	71.911
Despesas com vendas	8.938	12.030
Gerais e administrativas	10.266	10.882
Outras despesas operacionais	8	16
	<u>79.743</u>	<u>94.839</u>

A Companhia manteve registrado no custo, sem transitar pelo estoque, o valor R\$ 7.873 relativos à ociosidade de produção para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta ociosidade se deve, principalmente, à redução na produção provocada pela pandemia do COVID-19, e os valores decorrem principalmente de salários, encargos, benefícios e ajuda compensatória.

b) Resultado financeiro – Controladora

<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
-------------------	-------------------

Receitas financeiras		
Juros recebidos	1.110	838
Variação cambial ativa	1.251	501
SELIC excl. ICMS Contrib.*	4.279	-
Outras receitas	4	4
Total da receita financeira	6.644	1.343
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	(13.653)	(11.018)
Encargos sobre debêntures	(13.565)	(5.263)
Encargos sobre tributos **	2.750	12.425
Encargos sobre demais contas	(402)	(5)
Variação cambial passiva	(3.123)	(433)
Outras despesas financeiras	(269)	(320)
Total da despesa financeira	(28.262)	(4.614)
Resultado financeiro líquido	(21.618)	(3.271)

* Valor referente reconhecimento de crédito de PIS e COFINS decorrentes da exclusão de ICMS das respectivas bases de cálculo, das competências 10/1992 a 03/1999, o qual transitou em julgado o direito através do processo 0033063-65.2002.4.01.3400/DF. O crédito foi habilitado junto à RFB através do despacho decisório nº 826/2020/CREDJUD/DICRED/DRFVR09A.

**Nos anos de 2019 e 2020 houve reversão por prescrição de contingências fiscais e suas correções. O impacto positivo nas despesas financeiras foi de R\$ 20.165 mil.

25. EVENTOS NÃO RECORRENTES – GANHOS TRIBUTÁRIOS

a) 2019 – Compensação de débitos – MP 470/09

Nos autos do Processo Administrativo no 13971.002346/2010-97 a Têxtil Renauxview buscou a baixa de débitos previdenciários e de PIS e COFINS decorrentes de aproveitamento indevido do crédito-prêmio de IPI, na forma autorizada pela MP nº 470/2009, o que foi negado pela Receita Federal e deu lugar ao mandado de segurança no 5001925-27.2011.404.7205.

Este mandado de segurança foi decidido favoravelmente à empresa, com trânsito em julgado em 18/03/2019. Como consequência, em 05/2019, a Secretaria da Receita Federal baixou em definitivo os débitos correspondentes.

Valor dos débitos envolvidos é de R\$ 16.134 mil.

b) 2020 - Crédito de PIS e COFINS decorrentes da exclusão de ICMS da sua BC

No ano de 2020 foi feito o reconhecimento de crédito de PIS e COFINS decorrentes da exclusão de ICMS das respectivas bases de cálculo, das competências 10/1992 a 03/1999, o qual transitou em julgado o direito através do processo 0033063-65.2002.4.01.3400/DF. O crédito foi habilitado junto à RFB através do despacho decisório nº 826/2020/CREDJUD/DICRED/DRFVR09A.

O valor do crédito atualizado foi de R\$ 5.641 mil.

26. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

Nos meses de abril a setembro de 2020 o Diretores e Conselho Fiscal tiveram seus honorários reduzidos em 80%, como forma de amenizar o impacto financeiro causado pela COVID-19.

No ano de 2020 as despesas com os administradores e conselheiros fiscais (Controladora e Consolidado) totalizaram R\$ 1.485 mil (2019 – R\$ 1.986 mil), sendo a distribuição por órgão:

- a) Conselho de Administração: 73 mil
- b) Diretoria: 1.155 mil
- c) Conselho Fiscal: 257 mil

27. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

<u>Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas</u>	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (Prejuízo) - acionistas preferenciais	(11.784)	14.090
Lucro (Prejuízo) - acionistas ordinários	(6.121)	7.318
TOTAL	(17.905)	21.408
Quantidade de ações preferenciais emitidas	2.803	2.803
Quantidade de ações ordinárias emitidas	1.456	1.456
TOTAL	4.259	4.259
<u>Resultado básico e diluído por ação</u>		
Ação preferencial	(4,204)	5,026
Ação ordinária	(4,204)	5,026

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da

exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a estimativa de perda com clientes, para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito.

- **Exposição a riscos de créditos – Consolidado**

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	163	403
Contas a receber de clientes	18.863	16.305
Outras contas a receber	1.633	3.874
TOTAL	20.659	20.582

A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de constituição de perdas para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição de estimativa de perda com clientes foi registrada na rubrica de despesas “Com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Estimativa de perdas em clientes” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

- **Garantias**

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

- **Risco de taxa de juros – Consolidado**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxa variável:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Empréstimos e Financiamentos	171.814	158.382
TOTAL	171.814	158.382

- **Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do algodão e dos fios de algodão e fibra adquiridos de terceiros. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria prima.

- **Risco de liquidez**

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

- **Risco de taxa de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

- **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

ii) Instrumentos financeiros – valor justo consolidado

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	163	163	403	403
Clientes e Outras Contas a Receber	20.741	20.741	20.179	20.179
Empréstimos e Financiamentos	171.815	171.815	(158.382)	(158.382)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	(13.964)	(13.964)	(10.706)	(10.706)
Obrigações com Pessoas Ligadas	(2.783)	(2.783)	(1.811)	(1.811)

• Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar:

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

• Empréstimos, financiamentos e obrigações com pessoas ligadas:

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

29. PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – PERT

No mês de agosto/17 a Companhia aderiu ao PERT conforme a Lei nº 13.496/17. Foram incluídos débitos Previdenciários e Não Previdenciários, tanto no âmbito da Secretaria da Receita Federal - RFB como da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Secretaria da Receita Federal - RFB:

- a) Demais Débitos: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL. A consolidação aconteceu em dezembro de 2018.
- b) Débitos Previdenciários: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL. A consolidação aconteceu em agosto de 2018.

Na PGFN:

- c) Demais Débitos – que eram inferiores a R\$ 15 milhões, a Companhia pode se beneficiar de compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL e descontos de multas, juros e honorários. A consolidação aconteceu em janeiro de 2018.
- d) Débitos Previdenciários a adesão permitiu o parcelamento em 145 vezes, após entrada de 20% em 5 parcelas. A consolidação aconteceu em agosto de 2017.

Tipos de Tributos	Valor antes adesão	Estorno de descontos de parcelamentos anteriores	Valor Adesão
Demais Débitos RFB	85.642	23.501	62.142
Débitos Previdenciários RFB	28.326	7.709	20.617
Demais Débitos PGFN	2.911	-	2.911
Débitos Previdenciário PGFN	17.031	-	17.031
Total	135.386	31.210	104.176

Tipos de Tributos	Valor Adesão	Quitação						
		Descontos	Compensação	Pagamento em espécie				
			BNCSSL/PF	2017	2018	2019	2020	a partir 2021
Demais Débitos RFB	54.794	-	41.643	4.422	5.356	1.784	-	1.589
Débitos Previd. RFB	20.617	-	15.669	1.714	2.093	1.141	-	-
Demais Débitos PGFN	2.911	1.132	1.633	146	-	-	-	-
Débitos Previd. PGFN	17.031	4.793	-	3.406	731	731	487	6.883
Total	95.353	5.925	58.945	9.688	8.180	3.656	487	8.472

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia ajuizou em 28 de fevereiro de 2019, na Comarca de Brusque/SC, pedido de homologação judicial de plano de recuperação extrajudicial ("Plano de RE"), nos termos do artigo 163 e seguintes da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, com base no artigo 122, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, ad referendum da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou sobre a ratificação do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial da Companhia em 18 de março de 2019.

O Plano de RE abrange, unicamente os credores financeiros da empresa de dívidas contraídas em períodos anteriores ao ano de 2006, e não envolve fornecedores, funcionários e nem os bancos da operação atual, conforme demonstrado no quadro abaixo (em reais).

CREDOR	CLASSE	VALOR
Agência de Fomento do Estado de SC S/A - BADESC	Garantia real	13.545.981
D&D Administradora de Bens Ltda	Garantia real	44.318.032
Planner Corretora de Valores S/A (Agente Debêntures)	Quirografário	42.581.953
Vladimir Estanislau Walendowsky	Quirografário	2.607.717
D&D Administradora de Bens Ltda	Quirografário	70.213.890
TOTAL		173.267.573

Com o Plano de RE, a Companhia busca equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial, tal como reorganizadas na forma descrita no próprio Plano.

As informações relativas ao processamento do pedido de homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, que teve seu último movimento em 04/03/2021, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas na forma da legislação vigente.

32. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o encerramento das Demonstrações Financeiras e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Brusque/SC, 17 de março de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA - Presidente

HEITOR RODOLFO DE SOUZA - Conselheiro

JAIR PACHECO - Conselheiro

DIRETORIA:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA - Presidente

MARCIO LUIZ BERTOLDI - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADORA:

MARTA CASTELLI

CRC SC 023.517/O-3

CONSELHO FISCAL:

ANDRÉ CESAR URBAINSKI

CLÁUDIA ANDONINI PELUSO RIBEIRO

DARCI DEBASTIANI

HÉLIO DA SILVA

MARCELLO JOAQUIM PACHECO